

Os arquivos como agentes de memória: os relatórios anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre¹

Roberta Pinto Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil;
roberta.furg@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-0012-7792>

Resumo: A proposta deste artigo é discutir os relatórios de atividades anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, do período entre 1979 a 2015, a partir da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Conseqüentemente, essa proposta converteu-se em duas frentes de exploração, sendo que a primeira consistiu de uma análise de conteúdo dos relatórios, o que correspondeu às seguintes categorias analíticas: defesas em prol dos Direitos Humanos; atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos); e promoção e campanhas. Essa primeira análise resultou no enfoque das atividades do Movimento, ou seja, evidenciou seu papel na luta pelos direitos humanos. A segunda parte da análise correspondeu exatamente ao propósito da pesquisa, ou seja, relacionar o papel dos arquivos de movimentos sociais no Brasil, no caso do Movimento, com a memória e os arquivos. Portanto, essa documentação presente no acervo do Movimento faz desse lugar uma ferramenta social e uma fonte de dados e de resguardo da verdade por documentos que têm o caráter de testemunho e de prova de que aqueles fatos ocorreram. Além de ser um instrumento social, o arquivo do Movimento é um lugar que mantém em exercício a memória, evitando que se torne ausente e, conseqüentemente, se torne esquecimento.

Palavras-chave: movimentos sociais; Movimento de Justiça e Direitos Humanos; memória; arquivos

1 Introdução

A literatura a respeito dos movimentos sociais sinaliza uma distinção entre os chamados movimentos sociais tradicionais (sindical, luta pela terra, pela moradia, etc.) e os denominados “novos” movimentos sociais (mulheres, orientação sexual, estudantil, negro, ambientalistas, indígenas, direitos humanos,

etc.), além de utilizarem das redes (*networks*), surgidas mais recentemente, para se propagar como uma forma de ação.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública no século XIX e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra a Guerra do Vietnã, estudantil, etc.). (GOHN, 2014, p. 11).

O ato irreduzível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é a *ação coletiva de confronto* (TARROW, 2009, p. 19, grifo do autor), assim, as ações dos movimentos sociais são cada vez mais vistas pela sociedade. Consequentemente, a população toma conhecimento desses movimentos pelas manifestações públicas, como as passeatas, os protestos e as marchas, que são ações que lhes dão maior visibilidade.

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de **identidades coletivas**. (TARROW, 2009, p. 19, grifo nosso).

Percebe-se que os movimentos sociais são resultados de uma posição política, ideológica e sociocultural, portanto, surgem de um conflito social visando ao reconhecimento ou à conquista de direitos, liberdades, identidades, etc.

Sendo assim, este texto tem como foco o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) no seu âmbito social, político, cultural e, principalmente, informacional. O MJDH é uma sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Foi criado, oficialmente (registrado em cartório) por um grupo de advogados, engenheiros, arquitetos e professores, em 25 de março de 1979². O Movimento tem como finalidade proteger e auxiliar os mais necessitados quanto ao amparo da justiça.

O objetivo geral desta pesquisa é, a partir dos relatórios anuais, relacionar o papel dos arquivos de movimentos sociais no Brasil, tendo como estudo de caso o MJDH, com a memória e os arquivos. Parte-se do pressuposto de que os conteúdos nos relatórios anuais de atividades permitem perceber os campos e contexto de atuação do MJDH como um movimento social, considerando sua criação ter ocorrido em um período que as discussões relacionadas aos direitos humanos eram vistos como à margem do *establishment* político, atuando em muitos casos como excluídos, esquecidos ou apagados.

Apresenta-se a metodologia por intermédio da Análise de Conteúdo, por ser um método que permite analisar documentos com base em inferências extraídas dos conteúdos de documentos, mais adequado, do ponto de vista desta pesquisa, para a compreensão das atividades desenvolvidas pelo MJDH, notadamente aquelas ligadas à promoção da Justiça de transição³. O método é adequado à medida que se busca, por meio dos relatórios, construir categorias temáticas para análise e a partir dessas categorias, construir quadros comparativos visando evidenciar a memória do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

2 Movimentos sociais no Brasil e memória: um breve passeio

A teoria dos movimentos sociais traz diferentes pontos de discussão de acordo com a corrente teórica e em nenhuma se consegue de fato definir movimentos sociais, pois são considerados dinâmicos e estão em constante fluxo, consequentemente as correntes teóricas precisam se modificar com frequência. Alguns autores, clássicos da sociologia e ciência política, são os mais utilizados para auxiliar na definição do fenômeno movimento social. Neste texto são abordados alguns desses autores.

A primeira corrente teórica, século XIX, remonta aos pensamentos de Marx, Lenin, Rosa de Luxemburgo, Mao Tse-Tung, etc, considerada como a matriz teórica e teve importância até a década de 1970 (GOHN, 2014). Nessa matriz teórica, os movimentos sociais estavam associados ao proletariado, à luta de classe. A segunda corrente teve grande influência da escola de Frankfurt,

consequentemente, é vista como culturalista e identitária. Dentre os pensadores dessa corrente estão Touraine, Melucci, Bobbio, Habermas, Arendt, Geertz, entre outros. Essa teoria é a base da teoria dos novos movimentos sociais, trazendo renomados e novos nomes como Tarrow, Della Porta, Castells, etc.

Esta corrente construiu a chamada novidade dos “novos movimentos sociais” ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros, etc. (GOHN, 2014, p. 29).

A terceira e, última corrente, predomina com uma mistura das teorias liberais, antropológicas e sociológicas dos séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se nos Estados Unidos e possui alguns campos de seguimento na Inglaterra, Alemanha e Holanda. Essa teoria é voltada para a análise de movimentos numa visão econômica (GOHN, 2014). Destacam-se os seguintes pensadores: Oslo, Tilly, Mayer e MacCarthy, etc.

Os movimentos sociais buscam em suas ações mudanças no sistema social, político, econômico ou cultural e, ainda, integram nas ações a coletividade, ou seja, “Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2014, p. 14). Nesse sentido, movimentos sociais podem ser definidos como

Havendo de proceder a uma definição que não comprometa a análise nem esqueça as diferenças entre as várias interpretações, dir-se-á que os comportamentos coletivos e os movimentos sociais constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados. Comportamentos coletivos e Movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos. (BOBBIO; MATYEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 787).

Nota-se, que a criação de um movimento social não se define como algo estático, mas sim pela sua capacidade de articulação da ordem social. Em suma, os novos movimentos sociais são mais articulados, produzem menos manifestações e são mais estratégicos. Ainda, os movimentos sociais no Brasil ligados à defesa dos direitos humanos têm contribuído desde o fim da ditadura militar para a redemocratização do país e para a denúncia de violações

cometidas contra os direitos civis e políticos. Essa contribuição recai sobretudo nos aspectos de identidade das comunidades alvo que, por sua vez, pautam-se nas memórias que o grupo vai construindo – e documentando – ao longo de sua existência.

O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos, que foram inscritos em leis na nova Constituição brasileira de 1988. (GOHN, 2015, p. 20).

Portanto, “[...] *movimentos sociais* devem ser entendidos em seus próprios termos: em outras palavras, *eles são o que dizem ser*. Suas práticas (e sobretudo práticas discursivas) são sua autodefinição” (CASTELLS, 2018, p. 124, grifo do autor). Conseqüentemente, a partir dessas definições, entende-se que o MJDH é um movimento social na definição estrita da palavra e, ainda, pode ser considerado um lugar de memória pelas suas práticas discursivas e pelo acervo com características que custodia.

A memória possui um caráter social e cultural, sendo vista como uma ferramenta inseparável de construção do indivíduo e da sociedade da qual faz parte. Portanto, a memória é compreendida como um fenômeno social e que pode representar os ausentes (aqueles que não estão mais presentes) e os esquecidos (podendo ser naturais ou não), sendo que, ambos precisam de uma motivação para serem lembrados.

Nesse embate entre memória e esquecimento, é importante pensar sobre os lugares de memória de Pierre Nora (1993), que são os elementos que podem fazer a diferença na construção de culturas e identidades nacionais, assim como nas individuais, como é o caso do MJDH.

Além disso, há lugares de memória que

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993, p. 21).

Ou seja, lugares ou espaços onde os indivíduos buscam rememorar ou reviver uma lembrança, uma memória, um acontecimento. Esses lugares podem

ser monumentos, museus, parques, ruas, arquivos, bibliotecas, comemorações, entre outros, ou seja, marcos testemunhais que se remetem aos indivíduos, aos sujeitos de uma sociedade. Nesta pesquisa, compreende-se o MJDH como um lugar de memória.

Essa nossa compreensão pauta-se tanto na perspectiva institucional de prova jurídica, portanto imbuído de um valor funcional, mas sobretudo por estar revestido de uma esfera simbólica evidente. Entende-se que o acervo do MJDH pode ser reconhecido como um lugar de recursos para a justiça, pois nele encontram-se testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos. Essa documentação presente no acervo pode atuar como recursos para investigação judicial sobre as violações de direitos humanos (CRUZ, 2002), além disso, são registros que confrontam a memória e identidade tanto do grupo pertencente ao MJDH, como daqueles em sua volta.

Ainda, para esta pesquisa entende-se que

O recurso à memória não é, portanto, um luxo inútil ou uma operação masoquista destinada a prolongar indefinidamente o sofrimento, mas, pelo contrário, a condição indispensável para tentar entender o desastre atual e orientar para um futuro menos terrível. (GROPPO, 2002, p. 188, tradução nossa).

É preciso destacar que quando reconhecido como lugar de memória, o acervo do MJDH se torna uma estratégia contra o esquecimento (MEDEIROS, 2020).

3 Metodologia da pesquisa

Para esta pesquisa foi estabelecido como método para análise dos relatórios anuais de atividades do MJDH a Análise de Conteúdo, tendo como método a linha de pensamento de Laurence Bardin. Por análise de conteúdo entende-se que se constitui de várias técnicas em que se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos (BARDIN, 2011). Neste texto, o enfoque do processo de comunicação está relacionado à transmissão da informação e da construção da memória como utilidade social dos arquivos.

A primeira etapa deste estudo foi identificar os documentos necessários para o aporte do *corpus* da pesquisa, sendo então encontrado o quadro de arranjo⁴ do MJDH, sendo representado de forma resumida a seguir (Quadro 1), como elemento chave para a próxima etapa da pesquisa. Logo, o quadro de arranjo do MJDH foi elaborado visando identificar as atividades do Movimento levando-se em consideração o contexto dos documentos presentes no acervo, ou seja, sua formação orgânica e natural (MEDEIROS, 2020).

Quadro 1 - Quadro de Arranjo do MJDH – séries e subséries, representado de forma sucinta

FUNDO MJDH	
SÉRIE	SUBSÉRIE
01 Administração e Organização do MJDH	01.1 documentação constitutiva; 01.2 gestão administrativa; 01.3 gestão financeira/contábil; 01.4 recursos humanos e; 01.5 política institucional.
02 Promoção e intervenção na defesa dos Direitos Humanos	02.1 segurança pública; 02.2 setor público e privado; 02.3 crianças e adolescentes; 02.4 discriminação social; 02.5 condições de trabalho; 02.6 ações de intercâmbio e cooperação; 02.7 conflitos de “posse”; 02.8 meio ambiente; 02.9 violação de direitos humanos no exterior; 02.10 educação; 02.11 direitos humanos em geral e; 02.12 processos judiciais.
03 Terrorismo de Estado no período da Ditadura – Cone Sul	03.1 repressão/prisão/tortura; 03.2 sequestro – morte e desaparecimento de pessoas; 03.3 depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH; 03.4 correspondência de vítimas e familiares ao MJDH; 03.5 operação condor; 03.6 intercâmbio/colaboração/participação com organizações sociais; 03.7 exílio e refúgio.
04 Processo de redemocratização no Cone Sul	04.1 distensão política no Brasil; 04.2 repressão e violência; 04.3 anistia; 04.4 transição democrática; 04.5 abertura dos arquivos; 04.6 memórias/manifestos/entrevistas e análises e; 04.7 reparação e indenização de vítimas.
05 Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo	05.1 trabalhos premiados e 05.2 trabalhos apresentados não premiados.
06 Recortes de jornais	06.1 Administração e organização do MJDH; 06.2 Promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos; 06.3 Terrorismo de Estado no período da ditadura – Cone Sul; 06.4 Processo de Redemocratização e; 06.5 Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
07 Estudos e publicações	-----
08 Acervo fotográfico e audiovisual	-----

Fonte: Elaborado a partir do Quadro de Arranjo do MJDH (MEDEIROS, 2020).

Com a identificação do quadro de arranjo, iniciou-se a etapa da análise com o intuito de identificar a trajetória do Movimento no que compete às atividades voltadas em prol dos direitos humanos. A partir dessa análise e identificação, pode-se delimitar o objeto da pesquisa, ou seja, definir o *corpus*, que são os relatórios de atividades anuais do MJDH. Os relatórios de atividades

anuais compreendem exatamente os objetivos desta pesquisa, pois relatam as ações que o MJDH desenvolveu ou participou num determinado ano, portanto, são o registro documental de atividades que refletem o fomento do MJDH no apoio a grupos e sujeitos que tiveram seus direitos violados e, também, caracterizam o Movimento como um movimento social contemporâneo devido às atividades que desempenha.

A delimitação do *corpus* foi estabelecida pelo critério de maior abrangência dos documentos, ou seja, a intenção foi incluir o máximo de relatórios anuais de modo a ter material suficiente para fundamentar a análise e chegar aos resultados. Ao total foram encontrados 15 relatórios de atividades que compreendem o *corpus* da pesquisa do período de 1979 a 2015.

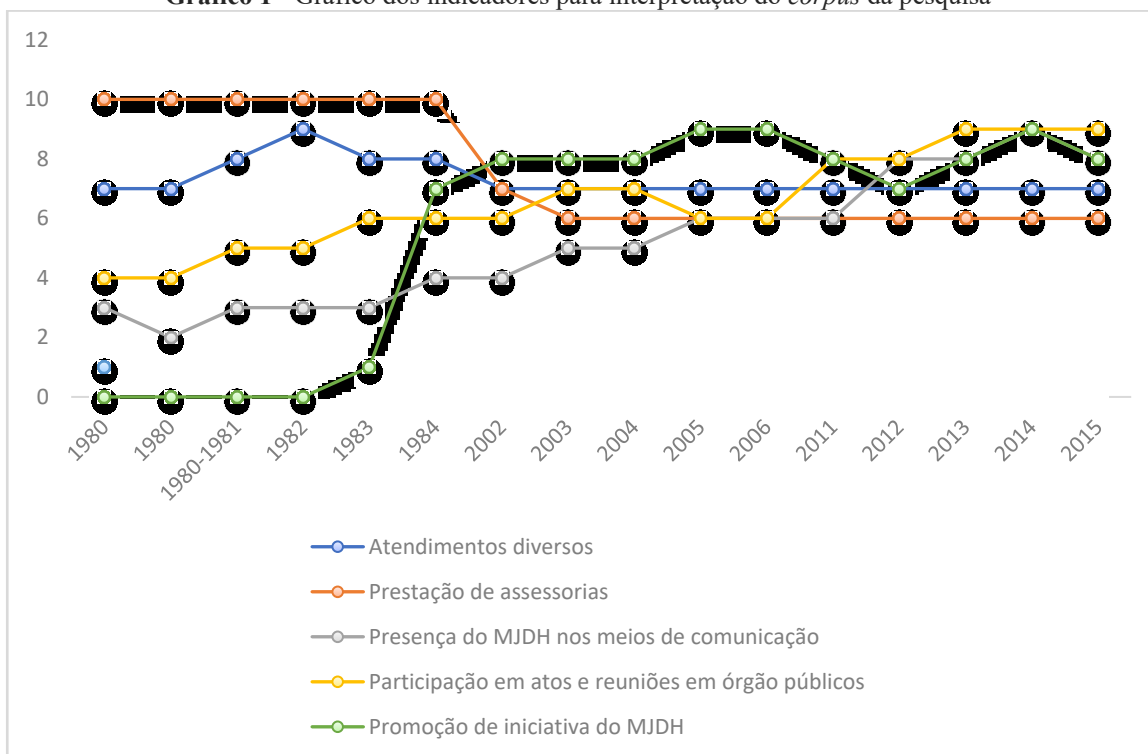
Vale ressaltar que o MJDH é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, portanto, seus recursos financeiros são bastante escassos. E isso refletiu nas constantes mudanças de endereços e, também, na ausência de uma organização adequada nos padrões da Arquivologia até o ano de 2009, quando houve uma primeira intervenção no acervo. Somando-se à falta de recursos financeiros e uma adequada organização do acervo, resultou na perda de documentos, incluindo alguns dos relatórios de atividades anuais. Isso não quer dizer que o Movimento deixou de realizar suas atividades, o que houve, foi o extravio de alguns documentos (MEDEIROS, 2020). Logo, não é uma característica exclusiva do MJDH, faz parte da história dos arquivos a dispersão dos documentos produzidos e acumulados pelas instituições públicas ou privadas (HEREDIA HERRERA, 1991).

Nesse sentido, o primeiro pressuposto desta pesquisa foi que o papel dos arquivos de movimentos sociais na busca por direitos humanos está, diretamente relacionado, na representatividade do próprio arquivo como um recurso para a justiça, um recurso para a verdade e um recurso contra o esquecimento. O segundo indica que o arquivo pode ser considerado um lugar de memória e os documentos como veículos de informação, já que o papel dos arquivos de movimentos sociais é a proteção da informação (MEDEIROS, 2020).

Na elaboração dos indicadores (Gráfico 1) buscou-se para interpretação a frequência relativa que a atividade aparece nos relatórios anuais. Portanto, para

os indicadores foram elencados os seguintes: (1) atendimentos diversos, (2) prestação de assessoria, (3) presença do MJDH nos meios de comunicação, (4) participação em atos e reuniões em órgãos públicos ou privados e (5) promoção de iniciativa do MJDH.

Gráfico 1 - Gráfico dos indicadores para interpretação do *corpus* da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Para quantificar esses indicadores foram analisadas as frequências em que apareciam nos relatórios de atividades. Como pode ser observado (Gráfico 1), o indicador promoção de iniciativa do MJDH só foi aparecer nos relatórios a partir de 1984, quando teve a primeira edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, por consequência o MJDH passou a promover mais iniciativas de atividades além daquelas comumente relatadas.

Após a elaboração dos indicadores deu-se início à etapa para definição das categorias. “A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 147, grifo da autora).

Nesta pesquisa, as categorias foram definidas a partir da unidade de registro relacionada ao acontecimento, à ação, que, conseqüentemente, levou ao tema daquela unidade de registro, portanto, semântico. Optou-se por esse critério de categorização tendo em vista a amplitude que um tema pode abranger. Mesmo porque, a análise de conteúdo permite que o objeto de estudo possa ser “submetido a uma ou várias *dimensões* de análise (BARDIN, 2011, p. 148, grifo da autora).

A primeira categoria (defesas em prol dos Direitos Humanos) foi criada com a intenção de abranger a própria atuação do MJDH, ou seja, o tema de direitos humanos. Essa categoria é primordial, pois inclui a maioria das atividades que o Movimento desenvolve ou defende. A segunda categoria (outras atividades condicionadas a movimentos sociais, exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos) foi pensada pela nomenclatura do MJDH que é um movimento social e pela própria instituição que é o Movimento, logo possui atividades desenvolvidas em prol dos valores sociais e do exercício da cidadania, em defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos, etc. A última categoria (promoção e campanhas), reflete nas ações que o MJDH realiza como forma de divulgação da instituição, nessa categoria incluem-se os projetos dos quais o Movimento faz parte e outras atividades relacionadas à publicidade e difusão do MJDH.

Para a criação das três categorias pensou-se nas qualidades boas (BARDIN, 2011) que as mesmas devem ter: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e finalidade, e produtividade. Durante a criação das categorias, pensou-se em duas a mais: ditadura militar e violência policial, porém, ambas podem ser englobadas pela primeira categoria – defesas em prol dos Direitos Humanos. Além disso, quando aplicada às qualidades de Bardin (2011), podem sofrer distorções quanto à subjetividade de interpretação, podendo ser categorizadas tanto na primeira categoria (defesas em prol dos Direitos Humanos) quanto na segunda (outras atividades condicionadas a movimentos sociais, exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos).

Essa margem de definição, só foi possível com um estudo árduo dos relatórios de atividades anuais do MJDH e, conseqüentemente, com o método de

análise de conteúdo. Porém, vale ressaltar, como a própria autora afirmou, a análise de conteúdo permite diferentes dimensões de análise e isso vai depender de quem faz a análise.

Para esta pesquisa as variáveis de inferência são as representações das atividades em prol dos direitos humanos e relacionadas a movimentos sociais que estão presentes no material analisado – relatórios de atividades anuais do MJDH, de 1979 a 2015. Para se chegar às variáveis de inferência, foi necessário passar por todos os procedimentos defendidos pela análise de conteúdo: escolha dos documentos, exploração do material, hipóteses e objetivos, indicadores de interpretação, categorias e variáveis. Destaca-se que os indicadores desta pesquisa estão relacionados às atividades desenvolvidas nos relatórios de atividades anuais do MJDH, tendo como condição a frequência em que aparecem nos relatórios.

4 Os relatórios anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Na seção da metodologia da pesquisa foram definidas três categorias representarem a informação (dados) dos relatórios de atividades anuais do MJDH que refletem uma atividade ou um conjunto de atividades. Nesta pesquisa, as categorias simbolizam um conjunto de atividades, já que os relatórios são anuais. Portanto, as categorias foram analisadas em cada relatório do *corpus* desta pesquisa a fim de identificar a representatividade das atividades.

Nos primeiros relatórios de atividades anuais do MJDH, a participação decisiva do Movimento frente a atividades populares e comunitárias é muito evidente. Pois, tratava-se do início da sua criação e a ditadura civil-militar ainda assolava o país. Portanto, a forma de atuação de um movimento social era por instrução (informação) e auxílio nas comunidades mais carentes com, por exemplo, a criação de associações, abertura de escolas e outras atividades comunitárias. Essas atividades de fundação de associações e assistência jurídica estão diretamente relacionadas com a mudança cultural que um movimento social, como o MJDH, pode desempenhar numa sociedade.

Com o passar dos anos, as atividades do MJDH ampliaram-se, bem como sua participação em diversos outros setores nacionais e internacionais. No ano de 1983, quando o Movimento teve participação ampla no caso do sequestro dos uruguaios⁵ (Lilian Celiberti e Universindo Dias), sua atuação passa a ter um papel de maior destaque na sociedade, principalmente na do Rio Grande do Sul e de países fronteiriços, como Argentina e Uruguai, sendo convocado diversas vezes para participação em audiências em tribunais, congressos e seminários, entrevistas à TV e a rádios. Ou seja, suas atividades se expandiram na luta e defesa pelos por direitos humanos, sociais e civis, independentemente de partido, raça ou religião.

Após a leitura e análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH, do *corpus* da pesquisa (1979-2015), ficou evidente alguns pontos que serão discutidos a seguir. O primeiro ponto é que existem lacunas na sequência dos relatórios. Encontrou-se um hiato de 1985 a 2001, retomado em 2002, encerrado em 2006 e novamente retomado em 2011. Sabendo que se trata de uma instituição sem fins lucrativos e já que o MJDH nunca teve uma sede própria, e, conseqüentemente, ao longo dos anos teve que se mudar diversas vezes, é provável que durante essas mudanças tenham se extraviado alguns documentos, pois não foram encontrados esses relatórios de atividades anuais, mesmo que o Movimento nunca tenha interrompido suas atividades. A última mudança de endereço do MJDH ocorreu em 2019.

O segundo ponto está relacionado à padronização do relatório de atividades. Identificou-se na análise que não houve uma padronização no formato do relatório. Durante um período as atividades dos relatórios estão divididas por meses ou datas e noutra estão divididas por assuntos (temas pertinentes às atividades do MJDH). Essa mudança é conveniente, na medida em que houve um aumento nas atividades desenvolvidas pelo Movimento, logo, isso se refletiu no formato dos relatórios de atividades.

Outra questão quanto à padronização foi a inclusão no final do relatório da lista de premiados do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo nos anos de 2005 e 2006. Sobre a cerimônia de premiação, pode-se encontrá-la desde 1984 na primeira edição do Prêmio até 2012, sendo que os anos de 2013 e 2014 o

Prêmio não foi mencionado nos relatórios. Identificou-se, também, a inclusão (desde 2004) de pautas jornalísticas com temas relacionados a matérias de cunho social, casos de violência policial, dentre outras, algumas referem-se a uma ação em que o MJDH estava acompanhando.

Ainda sobre esse ponto da padronização, identificou-se uma redução de páginas dos relatórios nos últimos três anos, o que antes não ocorria. Sobre essa redução de páginas não significou que o Movimento deixou de prestar atendimento e apoio à sociedade, ao contrário, em alguns casos as pautas jornalísticas saíram do relatório, em outros casos a redução dos detalhes sobre a atividade, o que gerou uma economia de espaço no relatório.

Além disso, verificou-se nos últimos anos que houve uma breve redução na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos**, enquanto a categoria **promoção e campanhas** teve uma expansão considerável. Portanto, ficou evidente o aumento das atividades em que o MJDH foi se envolvendo ao longo dos anos. Com base na análise, o Movimento iniciou suas atividades com a criação e a fundação de associações de moradores, criação de associações comunitárias, reabertura de escolas, realização de Encontro de Moradores, manutenção e reintegração de posse; e com o passar do tempo novas atividades foram incluídas, como a participação em campanhas públicas (ex.: Constituinte e Diretas), gravação de documentários, tomada de depoimentos de vítimas e familiares de presos políticos, entre outras; ficando claro, portanto, que o MJDH foi abrangendo e incorporando novos discursos às suas atividades.

Esses novos discursos estão relacionados, por exemplo, com a participação ativa do Movimento nas casas legislativas do Estado, Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa, com a criação de Comissões de Direitos Humanos em ambas. Outro discurso que teve destaque foi sobre o racismo (cor e raça – nazismo); o MJDH tomou a frente em diversas situações, como o caso dos Lanceiros Negros (criação da organização e ocupação que fizeram em um prédio no centro histórico de Porto Alegre), e denunciou casos de nazismo na Grande Porto Alegre. Esses exemplos demonstram a mudança de pautas nas atividades do Movimento, assim como o aumento das atividades, resultado,

dentre outras, da alteração de governo, ou seja, a sociedade não estava mais vivendo nos Anos de Chumbo.

Durante a coleta dos dados, encontrou-se o relatório da Comissão de Trabalhos Populares, pode-se dizer que a Comissão possuía como meta desenvolver um trabalho de caráter organizativo e conscientizador junto às bases populares, com a participação dos moradores nas discussões, a fim de que as decisões tomadas obedecessem aos anseios da comunidade (MJDH, 1980). O relatório da Comissão de Trabalhos Populares não fez parte da análise, pois, a pesquisa está sancionada aos relatórios de atividades anuais e não especificamente a uma comissão. Esse relatório precisa ser mencionado – arquivisticamente, pois ele se encontra na mesma série e subsérie que os demais relatórios, inclusive na mesma pasta. Porém, após a leitura do relatório da Comissão e a análise dos relatórios de atividades, entendeu-se que as atividades da Comissão foram incorporadas nos relatórios de atividades anuais.

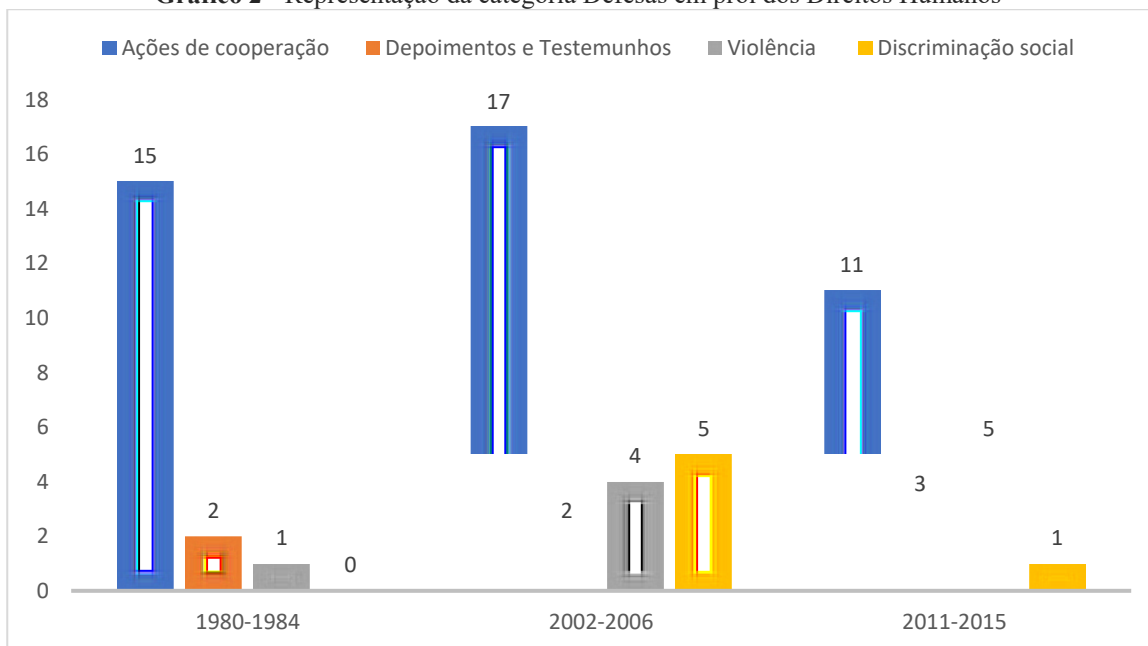
Ainda como resultados da análise das categorias, foram elaborados três gráficos que representam os temas mais abordados em cada uma das categorias. Os gráficos correspondem exatamente ao *corpus* da pesquisa, como poderá ser visto a seguir. O primeiro gráfico corresponde à categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** (Gráfico 2), o segundo gráfico corresponde à categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** (Gráfico 3) e o terceiro gráfico corresponde à categoria **promoção e campanhas** (Gráfico 4).

Os períodos dos gráficos foram agrupados conforme o *corpus* da pesquisa, ou seja, o primeiro período corresponde de 1980 a 1984, o segundo de 2002 a 2006 e o terceiro de 2011 a 2015. Além da agrupação cronológica, fez-se a agrupação temática, devido à diversificação que as atividades do MJDH foram se ampliando com o passar dos anos. Para melhorar a quantificação, atribuiu-se o valor de um (1) ponto para cada vez que o tema aparecesse no período determinado, ou seja, a incidência do termo durante o período.

Para o gráfico da categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** (Gráfico 2) foram encontrados os seguintes temas: - Ações de cooperação; - Depoimentos e testemunhos; - Violência; e - Discriminação social. O tema

ações de cooperação pode ser entendido quando o MJDH presta assistência jurídica (pedidos de anistia, *habeas corpus*, apoio político a refugiados ou outra natureza, reparação e indenização de vítimas). Já o tema depoimentos e testemunhos diz respeito ao registro dos depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares de ex-presos políticos ao MJDH, em alguns casos o Movimento encaminha esses dossiês ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ou à Comissão Nacional da Verdade (a partir de 2011). No tema violência encontra-se casos de agressões por parte da polícia nas quais o MJDH intervém prestando queixa ou dando apoio às vítimas, assim como casos de violência familiar ou queixas de ameaças de morte. Por fim, o tema discriminação social aborda quanto ao gênero (homofobia), racial e ideologia (nazismo).

Gráfico 2 - Representação da categoria Defesas em prol dos Direitos Humanos



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 2 ilustra a quantidade de vezes que determinado tema apareceu no período estabelecido. Logo, o tema ações de cooperação manteve-se a frente dos demais temas, conforme pode ser visualizado, assim como essas atividades (jurídica, anistia, refugiados políticos, reparação de danos e indenizações) se conservaram ao longo dos anos, mantendo-se quase que estáveis. Diferentemente do tema discriminação social, que no período de 1980

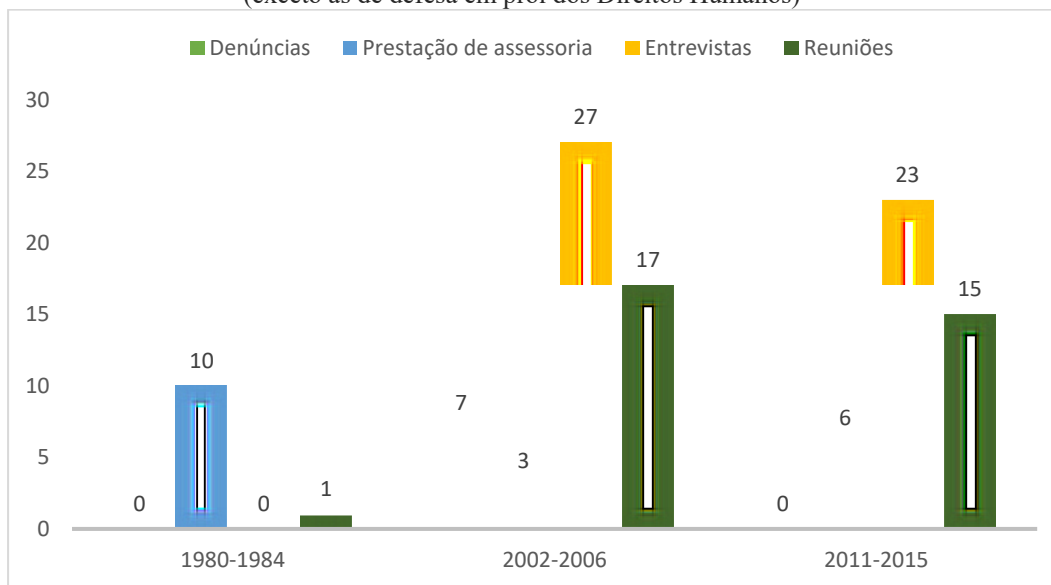
a 1984 não aparece entre a lista de assuntos nas atividades do MJDH, surgindo apenas no segundo período (2002 a 2006), e quase que sutilmente no terceiro período (2011 a 2015).

Enquanto o tema depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares de ex-presos políticos manteve-se quase que linearmente no gráfico, conseqüentemente, isso é resultado de uma das atividades mais relevantes para o Movimento: o registro de casos de tortura, desaparecimento e morte de pessoas no período das ditaduras do Cone Sul. Já o tema violência foi crescendo gradativamente ao longo dos períodos, podendo inferir como um caso de segurança pública.

Para o gráfico da categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** (Gráfico 3) foram encontrados os seguintes temas: - Denúncias; - Prestação de assessoria; - Entrevistas; e - Reuniões. O tema denúncias abrange questões que envolvem ações governamentais (principalmente corrupção), meio ambiente e atividades irregulares. O tema prestação de assessoria trata sobre a criação e fundação de associações em comunidades, bairros e vilas, auxiliando esses lugares com ferramentas capazes de solucionar os problemas que enfrentam. Enquanto o tema entrevistas inclui as entrevistas que o MJDH forneceu a rádios, TVs e algumas revistas. E o tema reuniões abrange a agenda de encontros que o Movimento teve com Comissões, Secretarias, órgãos públicos e audiências.

Em se tratando da categoria mais abrangente do MJDH por incluir diferentes assuntos e em maior número. No Gráfico 3 há um tema que ganhou bastante destaque dentre as atividades quando o Movimento incluiu no seu cronograma as entrevistas. Há nitidamente um aumento considerável dessa atividade se comparada com o período de 1980 a 1984 – período em que não apareceu em nenhum relatório, ou seja, o MJDH passou a ocupar e a ser chamado em outros lugares (rádio e TV, por exemplo).

Gráfico 3 - Representação da categoria Outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)



Fonte: Elaborado pela autora.

Outro tema que merece destaque é o de reuniões que também cresceu consideravelmente nos últimos anos. Isso demonstra um aumento na participação do MJDH em outros setores da sociedade, principalmente quando atua em Comissões na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal. Essas atividades refletem no próprio crescimento e amadurecimento do Movimento como uma entidade comprometida com o bem estar da sociedade, pois é uma voz a somar para aqueles que não podem participar desse tipo de reunião.

Quanto ao tema prestação de assessorias se manteve quase que estável, tendo apenas uma redução dessas atividades no período de 2002 a 2006, por outro lado, percebe-se que nesse mesmo período houve um aumento significativo das entrevistas. Já o tema denúncias iniciou sem atividades, aparecendo somente no segundo período (2002-2006), porém no terceiro período também não teve nenhum registro. Sobre o tema denúncias, esperava-se que, com o fim da ditadura militar, ele iria aumentar, já que anteriormente a opressão era constante tanto na mídia quanto na sociedade, pois as pessoas não denunciavam devido ao medo de serem reprimidas (presas) pelo regime.

Para o gráfico da categoria **promoção e campanhas** (Gráfico 4) foram encontrados os seguintes temas que mais aparecem nas atividades: - Projetos e campanhas; - Palestras, debates e eventos; - Estudos e pesquisas; e Gravação de

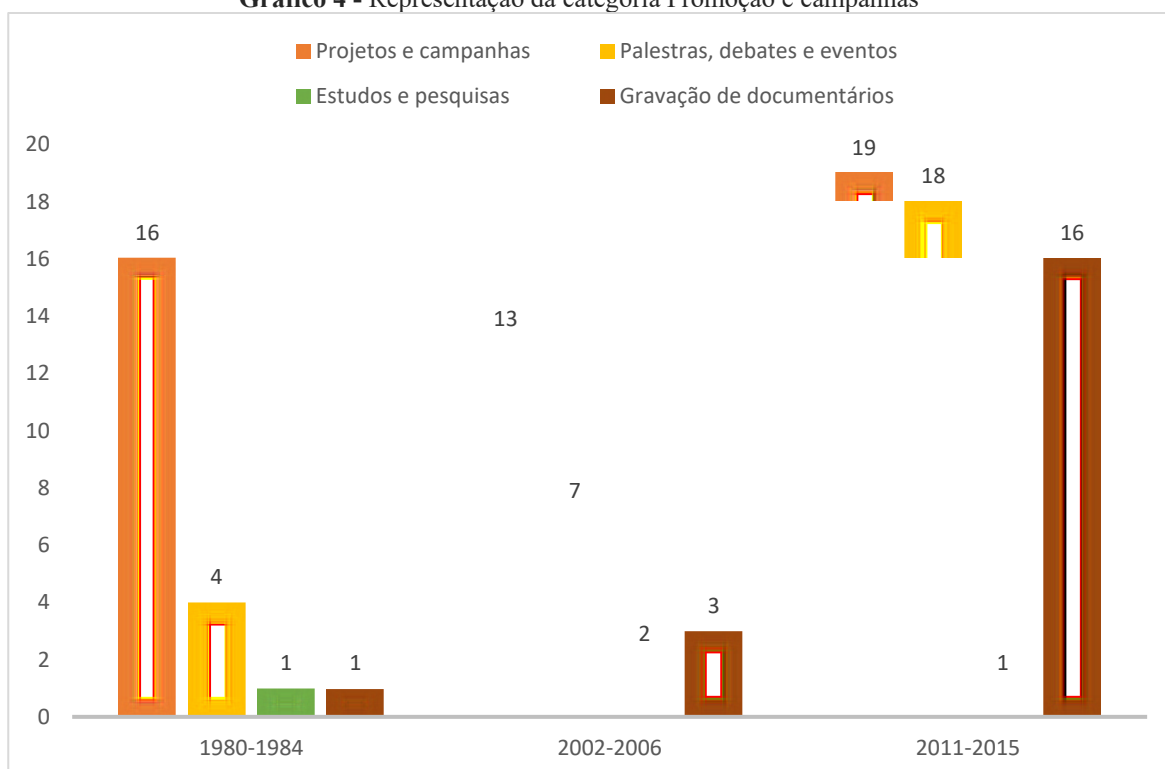
documentários. O tema projetos e campanhas indica quando o MJDH criou ou participou em projetos, como o projeto de criação do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo e o projeto Marcas da Memória, assim como exposições, campanhas e manifestações que foram lideradas pelo MJDH. Já o tema palestras, debates e eventos seja o de maior número de atividades, pois inclui a participação e a realização de eventos, palestras em comunidades e debates em mesas redondas.

Enquanto o tema estudos e pesquisas abrange pesquisas em que o MJDH é o objeto de estudo (estudantes, professores) ou faça parte como complemento de alguma pesquisa. Ainda que esse tema tenha menor representatividade, acredita-se que tem potencial para crescer gradativamente com o passar dos anos. O tema gravação de documentários corresponde a participações do MJDH (presidente Jair Krischke) em documentários nacionais e internacionais, assim como a produção de documentários pelo próprio Movimento.

O Gráfico 4 representa as atividades que mais cresceram desde a criação do MJDH. E ainda atuaram como propaganda para o Movimento no sentido de promover suas ações. Apesar do tema projetos e campanhas estarem sempre presentes nas atividades do MJDH, já que correspondem a atividades quase que tradicionais de um movimento social: liderar campanhas e manifestações, propor projetos e exposições. Logo, esse tema se manteve bastante estável nos três períodos, tendo apenas uma baixa no período de 2002 a 2006.

Já o tema palestras e debates teve um aumento considerável. O aumento dessas atividades demonstra como o MJDH passou a ser reconhecido pela sociedade devido ao grande número de participações em eventos (seminários, congressos, colóquios) e debates, ou seja, o Movimento pode ser considerado como um instrumento e formador de opinião na sociedade em que ele atua. Enquanto o tema estudos e pesquisas ainda se encontra retraído em comparação às demais atividades. O resultado da análise desse tema é, talvez, inesperado, tendo em vista a infinidade de possíveis pesquisas que poderiam ser realizadas com o acervo do MJDH.

Gráfico 4 - Representação da categoria Promoção e campanhas



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim o tema gravação de documentários inclui os documentários em que o Movimento participou fornecendo entrevistas e os documentários que o Movimento produziu. Pelo gráfico nota-se que houve um crescimento expressivo dessas atividades, parte desse aumento se deve ao outro tema que também teve uma expansão nas atividades – projetos e campanhas. Talvez um tenha promovido o outro, tendo em vista que a procura de realizar uma entrevista para um documentário tenha a ver com o acervo que o MJDH possui, assim como o valor em conteúdo informacional que esse acervo tem para a sociedade.

Esse aumento considerável da produção de documentários pode ter relação estreita com o aumento do apoio e do fomento à cultura audiovisual feita pelos últimos governos federais. A criação de uma agência específica em 2001, Agência Nacional do Cinema (Ancine), que regula, fomenta e fiscaliza a produção do mercado audiovisual no país, bem como a instituição da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

(Condecine) (SOMBINI, 2019) coincide com o crescimento dessa atividade junto ao MJDH.

5 Conclusões

Sinaliza-se que o que foi apresentado trata-se de um delineamento do *corpus* de análise, sendo esta efetuada a partir dos arcabouços da Análise de Conteúdo, visando compreender o papel do MJDH em seu contexto. É perceptível a pluralidade de frentes de ação do Movimento e sua importância como instituição num primeiro momento de resistência às ditaduras militares do Brasil, Argentina e Uruguai. Com o reestabelecimento das democracias nestes países, atuou na reparação de ações para além das ditaduras. Instituições, como o MJDH, são fundamentais para a lembrança e a memória de momentos trágicos da história de um país, assim como são importantes para que o passado não se repita (MEDEIROS, 2020).

Por meio da análise das categorias ficou evidente a quantidade de temas e assuntos que abrangem as atividades do MJDH, assim como as possíveis pesquisas que podem ser realizadas nesse acervo. Além disso, demonstra com clareza a trajetória do MJDH em defesa aos direitos humanos desde a sua fundação, assim como, os temas que evoluíram ao longo dos anos e aqueles que foram incorporados a sua trajetória de um movimento social em busca pela defesa dos direitos humanos.

Consequentemente, além da identificação da trajetória do MJDH pela defesa dos direitos humanos, também foi possível identificar sua forte relação com a memória, com a memória daqueles que são violentados pelo Estado, pelo governo, pela sociedade. A memória da trajetória do Movimento pode ser representada pelas atividades que estão registradas nos relatórios anuais, já que podem ser considerados como testemunhos da violência, da discriminação, da ausência do Estado.

Foram elaboradas duas pressuposições para esta pesquisa, as quais tiveram a intenção de confirmar no que já se acreditava a partir da análise dos relatórios de atividades anuais. Ambas as pressuposições recorreram aos

procedimentos de análise aplicados nesta pesquisa. A primeira pressuposição diz respeito ao papel dos arquivos de movimentos sociais na busca por direitos humanos está diretamente relacionado na representatividade do próprio arquivo como um recurso para a justiça, um recurso para a verdade e um recurso contra o esquecimento. Essa afirmação foi comprovada por meio dos resultados obtidos pela análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH, como também pela contextualização da história do Movimento.

Enquanto a segunda pressuposição afirmava que se o papel dos arquivos de movimentos sociais é a proteção da informação, então o arquivo pode ser considerado um lugar de memória e os documentos como veículos de informação. Essa declaração também foi considerada afirmativa a partir da análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH. Em se tratando do conteúdo informacional que os documentos presentes no acervo do Movimento possuem em si e somando-se a trajetória do MJDH como uma organização coletiva e contemporânea que preserva documentos de amplo conteúdo.

Ainda, o acervo do Movimento reflete na participação como representante dos direitos humanos e no desenvolvimento de novos discursos. Esses novos discursos estão relacionados, por exemplo, com a participação ativa do MJDH nas casas legislativas do Estado, Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa, com a criação de Comissões de Direitos Humanos. Outro discurso que teve destaque foi o sobre o racismo (cor e raça – nazismo); o MJDH tomou a frente em diversas situações, como o caso dos Lanceiros Negros (criação da organização e ocupação que fizeram em um prédio no centro histórico de Porto Alegre)⁶, e denunciou casos de nazismo na Grande Porto Alegre. Esses exemplos demonstram a mudança de pautas nas atividades do Movimento, assim como o aumento das atividades, resultado, dentre outras, da alteração de governo, ou seja, a sociedade não estava mais vivendo nos Anos de Chumbo.

Assim, o MJDH exerce um papel fundamental na sociedade a qual ele representa, tanto para os direitos à memória e à verdade, à justiça e à reparação, e também aos direitos humanos. Esses discursos foram identificados nos relatórios de atividades anuais analisados nesta tese. De fato, entende-se papel do Movimento como um lugar de memória, já que seu arquivo é uma peça chave

no cenário de arquivos da repressão, ou seja, o acervo do MJDH possui documentos de valor mais que informacional, mas que possuem valor de prova e de testemunho. Portanto, esse acervo exerce um papel tanto para direitos individuais quanto para direitos coletivos, justamente pelo conteúdo que esse documentos possuem, sendo de grande influência na vida das pessoas.

Mais do que nunca o acervo do MJDH tem um alcance atemporal, pois se faz valer tanto para o período de repressão da ditadura militar no Cone Sul, como também, para os dias de hoje quando ainda tentam de várias maneiras apagar esse período da história brasileira. No momento em que há negação da ditadura militar, pode-se falar que há vontade de esquecimento com intuito de promover determinado grupo social – que pode ser representado pelo governo, pelos militares, por uma classe social.

E quando uma sociedade possui como recurso um acervo constituído de documentos – testemunhos dos protagonistas que viveram aquele período – e que atestam as atrocidades cometidas por governos anteriores, é fundamental e necessário que esse acervo se torne de amplo conhecimento. E os direitos coletivos ou individuais somente são possíveis de serem defendidos e reconhecidos com a existência de um arquivo, como é o caso do MJDH e como pode ser visto nos resultados da análise dos relatórios de atividades anuais desta pesquisa.

Tanto os direitos coletivos como os individuais se complementam e em alguns casos quando um avança no reconhecimento como direito, com certeza incluirá outros direitos. Como é o caso do direito à verdade, o qual se pode incluir o direito de reconhecer os responsáveis pelos crimes cometidos, assim como o direito de se saber os paradeiros dos desaparecidos. Da mesma maneira que ocorre com o direito à integridade da memória escrita dos povos e com o direito de se conhecer os dados existentes nos arquivos (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999). Ou seja, um direito leva a outro direito, é como se os direitos coletivos e individuais formassem uma aliança. E isso só se torna possível com a existência de arquivos, de arquivos que guardam e preservam esse tipo de documentação, como os arquivos de movimentos sociais, neste caso o do MJDH.

Por meio desses arquivos é possível fazer a reconstrução da história a partir dos testemunhos que ali estão preservados (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999). Além disso, esses documentos devem estar à disposição de qualquer pessoa, principalmente daquelas que sofreram violação aos seus direitos sociais e civis. Daí a importância de se promover arquivos dessa abrangência, pois, muitas vezes, é neles que se encontram salvaguardados os direitos individuais e coletivos dos cidadãos. Portanto, esses documentos podem reconstruir a memória perdida, a memória ausente e essa reconstrução afasta o esquecimento. Logo ressignifica o direito de conhecer o passado, o direito à privacidade, o direito à verdade, portanto, o direito à identidade nacional, à construção e transmissão da história e o direito ao respeito da pluralidade de memórias.

Sendo assim, pode-se dizer que o acervo do MJDH é resultado da vontade de preservação do passado, logo possui valor social e de memória de lutas e defesas em prol dos direitos humanos de um grupo social. Ainda, cabe dizer que nada do que se preserva é neutro, o acervo do MJDH traz como assinatura da instituição a representatividade de um grupo por meio de símbolos. Nesta pesquisa, o grupo está sendo representado pelo MJDH, o qual representa um movimento social em busca pelos direitos humanos e luta por essa causa desde a década de 1970. A própria trajetória do MJDH é uma representação da memória.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATYEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. v. 2.

CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad em Chile. *In*: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN,

Elizabeth (comp.). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Espanha: Siglo Veintiuno, 2002. p. 137-178.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Archivos y derechos humanos. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, t. 49, n. 3-4, p. 371-389, 1999.

GROPPO, Bruno. Las políticas de la memoria. **Sociohistórica**, Argentina, v. 11-12, p. 187-198, 2002.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991.

MEDEIROS, Roberta Pinto. **A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais**: a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada em seu acervo. 2020. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Promoção e defesa dos direitos humanos**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.direitoshumanosbr.org.br/inicio.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório Anual**: 1980. Porto Alegre: [s. n.], 1980. Mimeografado.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 7-28, 1993.

SOMBINI, Eduardo. Setor da cultura precisa diversificar suas fontes de financiamento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 33.016, 25 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/08/setor-da-cultura-precisa-diversificar-suas-fontes-de-financiamento.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Archives as memory agents: the annual reports of the Movement for Justice and Human Rights of Porto Alegre

Abstract: The purpose of this article is to discuss the annual activity reports of the Movement for Justice and Human Rights, from 1979 to 2015, based on the content analysis of Laurence Bardin. Consequently, this work proposal converted in two fronts of analysis, the first of which consisted of a summary of the content analysis of the reports, which corresponded to the following analytical categories: defenses in favor of Human Rights; activities conditioned to Social Movements (except those in defense of Human Rights); and promotion and campaigns. This first analysis resulted in the focus of the Movement's activities, that is, it highlighted its role in the struggle for human rights. The second part of the analysis corresponded precisely research purpose that is, to relate the role of the archives of social movements, in the case of the Movement, with memory and archives. Therefore, the documentation present in the collection makes this place a social tool and a source of data and protection of the truth by documents that have a character of testimony and evidence that the facts occurred. In addition to being a social instrument, the Movement's archive is a place that keeps memory in exercise, preventing it from becoming absent and, consequently, becoming forgetfulness.

Keywords: social movements; Movement for Justice and Human Rights; memoirs; archives

Recebido: 02/11/2021

Aceito: 17/01/2022

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Roberta Pinto Medeiros.

Coleta de dados: Roberta Pinto Medeiros.

Análise e interpretação de dados: Roberta Pinto Medeiros.

Redação: Roberta Pinto Medeiros.

Revisão crítica do manuscrito: Roberta Pinto Medeiros.

Como citar:

MEDEIROS, Roberta Pinto. Os arquivos como agentes de memória: os relatórios anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e-119726, out./dez. 2022. <https://doi.org/10.19132/1808-5245284.119726>



-
- ¹ Este estudo apresenta parte dos resultados da pesquisa de tese pelo Curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, defendida em março de 2020.
- ² Relatório anual. MJDH, 1980.
- ³ “De fato, no caso dos países envolvidos em processos de transição de regimes totalitários a sistemas políticos democráticos, a vinculação arquivos-direitos humanos adquire uma dimensão especial. Os arquivos, fundamentalmente os das instituições protagonistas na repressão ou na violação de direitos humanos, como fiel reflexo das realidades sociais em que foram produzidos, fornecem ou devem fornecer, informações de extraordinário valor social nos processos de transição para a democracia” (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 372, tradução nossa).
- ⁴ “Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo(1), a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes(2)” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).
- ⁵ Uma das atuações mais famosas do MJDH foi sua participação ativa na defesa dos uruguaios pelo sequestro de Lílian Celiberti, seus dois filhos menores e Universindo Diaz, que ocorreu em Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978. A cobertura do sequestro foi feita pelos jornalistas Luís Claudio Cunha e João B. Scalco, ambos do Jornal Zero Hora, e teve o envolvimento do DOPS em Porto Alegre e do jogador do Sport Clube Internacional, o Didi Pedalada. O MJDH colaborou de diversas formas com as autoridades envolvidas, como na denúncia da ação ilegal, além de lutar pela condenação dos policiais envolvidos e pela libertação do casal. O caso teve repercussão internacional, pois foi o primeiro em que uma clássica ação da Operação Condor foi denunciada, investigada e levada até o final, com a condenação de seus responsáveis (MEDEIROS, 2020).
- ⁶ O prédio numa esquina do Centro Histórico de Porto Alegre foi ocupado, com a ajuda do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), por grupos de famílias em novembro de 2015 até junho de 2017, quando foram despejados e o prédio sofreu reintegração de posse pelo proprietário, o Governo do Estado. Até hoje o prédio continua vazio.